

## **A televisão como transmissora da ideologia do Estado**

### **TV as a means of transmission the State ideology**

Ivete Cardoso do CARMO  
Mestranda em Educação na  
Puccamp e professora do curso  
de Jornalismo / Puccamp.

#### **RESUMO**

*O objetivo deste trabalho é mostrar que a televisão brasileira é fruto de um “jogo político”. E que, em consequência dele, sua programação transmite a ideologia que interessa ao governo e aos “governistas”. O nosso desafio é mudar as regras deste jogo, e na minha opinião, o primeiro passo para se mudar o presente pode ser dado conhecendo a história que nunca foi ao ar em nossas “telinhas”.*

*Palavras-chave: Ideologia. Estado. Televisão.*

#### **ABSTRACT**

*The purpose of this paper is to show that the Brazilian TV is part of a “political game”. It also shows that due to this, its programs show the ideology that is of interest to the government and the people that lead the country. Our challenge is to change the rules of the game, and in my opinion, the first step to change the present can be done when we get to know the real history that has never been shown on the news.*

*Key words: Ideology. State. Television.*

A televisão como transmissora ...

## 1. INTRODUÇÃO

**A** quem serve a televisão brasileira? E a quem esta mesma televisão prejudica? Estas e outras perguntas precisam, constantemente, ser feitas no contexto de uma reflexão que nos aponte quais são as saídas para efetivar mudanças nas políticas de comunicação, herdadas do regime militar, que vigoram até hoje no Brasil.

Como início de uma reflexão, procuramos descrever como nasceu a televisão no Brasil e a sua relação com o Estado desde o princípio. O pioneirismo da Tupi e a curta vida da Excelsior, que teve sua concessão cassada pelo governo militar.

Na seqüência, procuramos mostrar como o apoio norte-americano e do regime militar foi decisivo na constituição e legalização da Rede Globo, a sua influência negativa para o mercado de televisão no Brasil e alguns fatos que marcaram o jornalismo global. Discorreremos ainda sobre a política de concessões de rádio e TV que sempre atendeu a interesses de um grupo privilegiado.

O objetivo deste trabalho é mostrar que a televisão brasileira é fruto de um “jogo político”. E que, em conseqüência dele, sua programação transmite a ideologia que interessa ao governo e aos “governistas”. O nosso desafio é mudar as regras deste jogo, e na nossa opinião, o primeiro passo para se mudar o presente pode ser dado conhecendo a história que nunca foi ao ar em nossas “telinhas”.

## 2. O SURGIMENTO DA TV NO BRASIL

### 2.1. O Pioneirismo tem apoio do governo

Em 18 de setembro de 1950, foi inaugurada a PRF-3, TV Tupi-Difusora, mesmo depois de Assis Chateaubriand ter nas mãos o resultado de uma pesquisa que afirmava que o mercado publicitário não tinha condições de absorver um veículo tão caro. Chatô valeu-se de acordos com empresas privadas e com o Governo.

Nesse período, o favorecimento de créditos oficiais para empresas jornalísticas, como *Os Diários Associados*, os jornais *O Globo* e *Último Hora*, era prática comum e natural. “Instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não foram consideradas as denúncias de dívidas dos srs. Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, nunca saldadas no Banco do Brasil nem nas Caixas Econômicas”.<sup>1</sup>

(1) Nelson Werneck SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil*, p. 402.

Ivete Cardoso do CARMO

A disputa ideológica já se refletia através da distribuição de publicidade nos órgãos de comunicação: “Neste ano de 1953, quando as emendas nacionalistas da Petrobrás eram votadas sob regime de urgência na Câmara, o total de publicidade distribuída por companhias americanas nos jornais e no rádio e outros veículos de propaganda oposicionista foi de 3 bilhões, 506 milhões e 200 mil cruzeiros”.<sup>2</sup>

Por outro lado, em 1964, os Diários Associados, grupo ao qual pertencia a TV Tupi, não hesitaram em apoiar o golpe militar. Como exemplo, devemos recordar uma manchete do *Diário da Noite*, de 1º de abril de 1965: “Por que o Comunismo é contra você”.

Essa campanha contra o comunismo casava-se perfeitamente com os objetivos do regime que tinha como principal arma o imaginário televisivo da época. “Nos domínios da telenovela, ocorrem grandes aventuras individuais, a fortuna persegue os audazes e corajosos, as possibilidades de ascensão social tornam-se concretas (não há quaisquer conflitos entre classes, mas sim entre indivíduos”.<sup>3</sup>

A idéia central das telenovelas, desde o seu surgimento, é que o ser humano traz dentro de si o bem e o mal. O problema do mal, portanto, não é político nem econômico, mas moral. A televisão apresenta o indivíduo que se destaca por méritos próprios, acima das determinações sociais. Isso ocorre não só nas novelas, mas também no telejornalismo.

“A essa altura, (início da década de 60) depois do sucesso das campanhas, das telenovelas, dos lançamentos de novos valores, obtendo fulminante aceitação, não resta a menor dúvida de que a televisão já deu provas suficientes de seu poder. E incomoda cada vez mais o rádio, o jornal e, principalmente, o cinema”.<sup>4</sup> Mas, tudo isso que a TV Tupi e outras existentes na época, como a TV Rio e a Excelsior, conseguiram fazer nos primeiros anos da televisão brasileira ainda era pouco diante do que estaria por vir. Aquela que dominaria definitivamente o Brasil ainda estava sendo estruturada.

## 2.2. TV Excelsior- Oposição ao Governo Militar e Concessão Cassada

A TV Excelsior esteve sempre integrada ao nacionalismo, presente na política dos anos 60. Era uma televisão que tinha a preocupação de fazer uma

---

(2) Id., *ibid.*, p. 403.

(3) Inimá SIMÕES et al., *Um país no ar - história da TV brasileira em três canais*, p. 57.

(4) Id., *ibid.*, p. 65.

A televisão como transmissora ...

programação que refletisse a cultura brasileira. O nacionalismo da Excelsior tinha raízes no nacionalismo de seu proprietário, o empresário Mário Wallace Simonsen. Considerado um nacionalista e democrata, Simonsen fazia oposição aberta a qualquer articulação golpista contra o governo constitucional de Jango. Em função disso, depois de 1964, a censura que atingia todo tipo de criação intelectual, era mais rigorosa com a Excelsior, tumultuando de maneira considerável a organização da empresa.

No que diz respeito às inovações no telejornalismo, é aceita por todos a grande importância da Excelsior. Jornalistas, como Barbosa Lima e Wladimir Herzog, transformaram o jornalismo da emissora e fizeram com que os brasileiros passassem a se informar pela TV, pois até então o telejornalismo não registrava altos índices de audiência.

Foi exatamente o êxito alcançado pelo *Jornal de Vanguarda* que levou Barbosa Lima a tirá-lo do ar depois de implantado o AI-5, em 1968. "... cavalo de raça a gente mata com um tiro na cabeça... Não podia deixar esse campeão cheio de troféus morrer melancolicamente, cada vez mais apertado pela censura, como todos os outros jornais de televisão", afirmou Barbosa Lima em depoimento à Revista *Briefing*/ setembro de 1980.<sup>5</sup> Em 1965, morreu Mário Simonsen e seus herdeiros foram também herdeiros da perseguição. A TV Excelsior, criada em 1959, teve sua concessão cassada em 1969, pelo regime militar.

### 3. A HISTÓRIA DA REDE GLOBO - FORA DO AR

#### 3.1. O Apoio Norte-Americano e dos Militares

Roberto Marinho recebeu de Juscelino Kubitschek, em 1957, a concessão de uma emissora de televisão, mas preferiu engavetá-la até 1962, quando foi constituída a TV Globo. Nesse período começaram as suas transações com o grupo norte-americano Time-Life, classificado pelo então deputado João Calmon como sendo da linha mais reacionária do Partido Republicano, interessado em manter, em países como o nosso, bases anticomunistas.

Essas transações estão detalhadas no livro *A História Secreta da Rede Globo*, de Daniel Herz, que anuncia em sua apresentação: "Em alguns momentos o leitor terá a impressão de estar acompanhando um romance policial, tal a complexidade de trama". Nesse trabalho, estão alguns detalhes importantes desta trama.

(5) Alcir H. COSTA, *Um país no ar - história da TV brasileira em três canais*, p. 165.

Com a proibição na legislação brasileira de sociedades estrangeiras na administração e orientação intelectual de emissora de televisão, a TV Globo adotou uma forma de sociedades por cotas. Esse tipo de transação dispensa a publicação de atos constitutivos, de alterações contratuais, de balanços e de atos que impliquem a distribuição de lucros a terceiros.

Os contratos assinados pela Globo violaram o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4117 de 27.08.62 e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - Decreto 52.975 de 31.10.63), que determinavam ser proibida a realização de qualquer convênio ou acordo sem a prévia autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Menos de um mês depois de constituída a TV Globo, Roberto Marinho assinou um contrato com a Time-Life no qual se comprometia a adquirir e instalar todo o equipamento de transmissão de televisão e completar a construção do prédio para o estúdio, que deveria estar operando até 1º de outubro de 1963. A Time-Life, por sua vez, se comprometia a oferecer treinamento especializado, troca de informações sobre direção administrativa e comercial, assessoramento de engenharia e orientação para a aquisição de filmes e programas produzidos no estrangeiro.<sup>6</sup> Esse

contrato assinado em 1962 só foi examinado em julho de 1965 pelo Ministério das Telecomunicações, graças às denúncias de João Calmon e Carlos Lacerda, que se uniram contra a impunidade do governo para com a TV Globo. Mas antes de serem descobertas, já temendo o que iria acontecer, em função das primeiras denúncias, a Globo e a Time-Life firmaram um novo contrato que substituiu o primeiro. O contrato, assinado em 15 de janeiro de 1965, era uma solução de emergência para municiar a Globo na luta política que iria ocorrer.

“

*Roberto Marinho realizou diversas manobras para fugir do controle do governo.*

”

Durante esses três anos, Roberto Marinho realizou diversas manobras para fugir do controle do governo. Ao mesmo tempo, manteve em sua assessoria um representante do grupo Time-Life que trabalhava na Globo, mas recebia altos salários do grupo norte-americano, como se verificou na CPI do Congresso. Além disso, consta da história da Globo remessa de dólares para compra de equipamentos com uma taxa que representava um terço da taxa em vigor e invasão de um cartório para subtração das folhas onde estavam lavradas as escrituras entre a Globo e a Time-Life, entre muitas outras irregularidades. Esses detalhes deixam evidente a sociedade de Roberto Marinho com o grupo norte-americano, que, no total, investiu mais de US\$ 6 milhões numa empresa, cujo

(6) Daniel HERZ, *A história secreta da Rede Globo*, p. 108.

A televisão como transmissora ...

capital era, em 1966, de pouco mais que US\$ 200 mil dólares, ou seja, a Time-Life cedeu à Globo mais de trinta vezes o valor de seu capital, o que feria totalmente a legislação brasileira.

Mesmo com todas essas evidências apuradas pela CPI do Congresso, a TV Globo foi legalizada. O processo arrastou-se de 1965 a 1968 e, ao final, dois pareceres foram analisados. Em sua decisão de 26 de abril de 1966, o Contel - Conselho Nacional de Telecomunicações - afirma que houve burla e infringência da Constituição e das leis e concluiu dando um prazo de noventa dias para a Globo continuar o negócio, desde que possa mascará-lo mais um pouco”, afirmou Carlos Lacerda em seu depoimento na Câmara dos Deputados.<sup>7</sup> Em 22 de agosto do mesmo ano, a Comissão Parlamentar de Inquérito aprovava por unanimidade a condenação da Rede Globo.

“

*A Globo foi legalizada pelo marechal Artur da Costa e Silva.*

”

A Globo recorreu ao presidente da República, general Castelo Branco, contra a decisão do Contel, mesmo esta lhe sendo majoritariamente favorável. Castelo Branco preferiu levar o processo numa lentidão o suficiente para transferir a decisão ao seu sucessor. Em 23 de setembro de 1968, sem atender nem às exigências mínimas do Contel, a Rede Globo foi definitivamente legalizada pelo então presidente, marechal Artur da Costa e Silva.

### 3.2. O Monopólio da Comunicação e suas Influências

O mercado de trabalho televisivo no Brasil é praticamente um monopólio da Globo. Para qualquer profissional de TV, seja ele um técnico, ator ou jornalista, trabalhar na Globo é chegar ao topo da carreira. Lá, não só os salários são melhores, mas também é grande o reconhecimento público, em função de seu alto índice de audiência.

A Globo usa seu prestígio ao recair sobre o *status* e a imagem pública do ator, por exemplo, abrindo-lhe possibilidade concreta para o teatro e o cinema. São raras as exceções de profissionais que arriscaram sair da Globo e levaram com eles um público fiel, como é o caso do apresentador Jô Soares, mas muitos são os profissionais, tanto artistas como jornalistas, que foram para outras emissoras, mas acabaram voltando para a Rede Globo.

Por outro lado, em termos de direitos autorais, os artistas não têm controle nenhum sobre o seu trabalho e a Rede Globo se enriquece com o faturamento

(7) HERZ, op. cit., p.176.

da venda de novelas e seriados para outros países. Valores que não são revelados, pois o departamento de relações industriais é o mais sigiloso da empresa. Os funcionários admitidos para o setor são poucos e sempre de absoluta confiança da família Marinho.<sup>8</sup>

Se para os próprios funcionários da empresa o monopólio global tem muitos pontos negativos, para os outros empresários do setor a concorrência também é muito difícil. Como paga os melhores salários, a Globo normalmente tem os melhores profissionais, além de ter os melhores equipamentos, o que garante a “melhor programação” e, conseqüentemente, maior audiência. Isso tudo garante o mais alto preço por cada segundo de propaganda e os melhores contratos.

“Essa concentração de investimentos tem diversas conseqüências negativas. Em primeiro lugar, induz à concentração de capital e da tecnologia e a uma produção centralizada; em segundo, possibilita que uma única emissora atinja uma qualidade de programação que pode ser considerada divorciada da realidade da televisão brasileira, não alcançada pelas demais emissoras e que de certa forma condiciona o gosto popular. Em terceiro, a Rede Globo, concentrando a maioria absoluta da audiência, aumenta seus custos de veiculação, onerando excessivamente a utilização comercial da publicidade. Esse circuito de causa e efeito, que envolve produção-audiência-custo de veiculação, forma um círculo vicioso que torna praticamente imune à concorrência. É um círculo vicioso que só pode ser rompido com uma completa reordenação do papel da radiodifusão no sistema produtivo”.<sup>9</sup>

### 3.3. Exemplos que marcaram o Jornalismo Global

A televisão é um dos principais responsáveis pela reprodução da ideologia dominante na sociedade, tanto através das telenovelas, como apontam diversos autores, entre eles Michéle & Armand Mattelart no livro *O Carnaval das Imagens*, como no telejornalismo, tema da tese de mestrado *Jornal Nacional - Política e Ideologia*, de Antonio Álvaro Barbosa Sá.

A televisão brasileira se consagrou dentro do ciclo que desenvolveu a indústria cultural no Brasil, num período onde o regime autoritário controlado pelos militares cassou os direitos de cidadania da população. O Estado, nesse período, gastou em publicidade, investiu em telecomunicações e forneceu subsídios para a renovação e ampliação de equipamentos. Dentro desse contexto se popu-

(8) Michéle & Armand MATTELART, *O carnaval das imagens - A ficção na TV*, p. 84-86.

(9) HERZ, op. cit., p. 216-217.

A televisão como transmissora ...

larizou o telejornalismo, que tem no Jornal Nacional, da Rede Globo, surgido em 1º de setembro de 1969, o seu principal expoente.

Alguns exemplos merecem destaques. Neles, a Globo de forma planejada, cometeu verdadeiros crimes contra a população brasileira, não transmitindo ou distorcendo fatos que mudariam a vida do país.

A não exibição, em 1979, das greves no ABC paulista. O episódio de fraudes eleitorais, em 1982, no Rio de Janeiro, contra Leonél Brizola, do qual Roberto Marinho, através da Globo, participou diretamente. A Campanha das Diretas Já, em 1984, que a Globo ignorou até o penúltimo comício, quando milhões de pessoas já tinham saído às ruas. A participação da Rede Globo, em 1989, na campanha de Fernando Collor de Melo, que culminou com a edição distorcida apresentada pelos telejornais da emissora do último debate entre Lula e Collor. Em 1992, a Rede Globo também foi a última a noticiar a campanha pelo "Fora Collor". Somente o fez quando milhões já haviam saído às ruas e, mesmo assim, de forma tímida. Finalmente, em 1994, o candidato da Globo foi Fernando Henrique Cardoso. Mesmo depois do escândalo, que viria à tona com a entrevista do então ministro Ricúpero ao jornalista Carlos Monfort, amplamente noticiada, discutida e questionada em todo o Brasil, a Globo agiu como se nada tivesse acontecido.

#### 4. A POLÍTICA DE CONCESSÕES

A concessão de rádio e televisão se consagrou como uma poderosa arma no "jogo de troca de favores" entre os políticos. Não há atualmente, e nunca houve, uma política democrática de concessões e nem uma legislação que realmente controle esses meios de comunicação.

O funcionamento das emissoras de rádio e TV no país está, de certa forma, submetido ao Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, que ainda não foi revogado. A legislação, que regulamentava as concessões, de 1962 até 1988, atribuía ao presidente da República um poder absoluto. Independentemente das avaliações técnicas, a decisão final do presidente da República era pessoal.

A Constituição de 1988 mudou apenas formalmente essa política, determinando que os atos presidenciais de concessão, permissão ou autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens sejam aprovados pelo Congresso Nacional.

“No governo do general Figueiredo (1979-1985) foram feitas mais de 700 concessões de rádio e televisão, o que representa mais de 1/3 do total das emissoras existentes desde o surgimento da radiodifusão no Brasil. Boa parte dessas concessões foi outorgada por motivos políticos a empresários e parlamentares ligados ao governo”.<sup>10</sup>

O presidente José Sarney, durante seu mandato, concedeu ao próprio filho, deputado Sarney Filho, diversos canais de rádio e televisão. Além disso, estimava-se que mais de 200 deputados constituintes eram proprietários de rádio ou TV.<sup>11</sup>

Nos cinco anos da gestão de Sarney (1985-1989), foram distribuídas, com envolvimento direto do então ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, 1091 concessões. Em setembro de 1988, mês que antecedeu a promulgação da Constituição, foram oferecidas 257 concessões. Vários estudos comprovam que essas concessões foram feitas em troca do voto pelos cinco anos de mandato do presidente Sarney.

Mesmo essa legislação ultrapassada, que regulamenta ainda hoje a concessão de rádio e TV, não é cumprida em diversos tópicos, como o que determina que “os administradores não podem estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem exercer cargo de supervisão ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial”. Alguns políticos se escondem atrás dos chamados “testas de ferro”, pessoas da família ou de sua confiança, oficialmente colocados como proprietários das emissoras. No entanto, é notória a propriedade de fato desses meios de comunicação por parte de nomes famosos, como Antonio Carlos Magalhães, Orestes Quécia, José Sarney, entre tantos outros.

O advento da Nova República, em 1985, embora tenha promovido uma ruptura “democratizante” no plano político, manteve inalterado o predomínio da burguesia no plano econômico. Manteve, também, intacto o sistema de comunicação de massa, resultante dos vinte anos de ditadura militar.<sup>12</sup>

---

(10) HERZ, op. cit., p.51.

(11) Revista Senhor, 14.07.87.

(12) HERZ, op. cit., p.86.

## 5. CONCLUSÃO

### 5.1. É possível buscar alternativas

Os fatos que tratamos neste texto explicam, mesmo que parcialmente, o motivo por que a televisão transmite a ideologia do Estado. Ainda hoje, no telejornalismo, as questões políticas e econômicas só aparecem na “telinha” mostradas pelo ângulo que interessa ao governo, o que faz o telespectador pensar que só ele perdeu o emprego, que o seu problema é individual. A história, que teve início na ditadura e ganhou aliados na Nova República, tende a continuar no atual governo.

Embora entre as emissoras citadas tenhamos mostrado apenas a história da Rede Globo, entre tantas existentes atualmente, sabemos que as outras emissoras também têm estreitas relações com o governo. Carlos Heitor Cony, em seu editorial no jornal *Folha de S.Paulo* de 20.07.95, escreveu: “Ficamos sabendo o que mais ou menos sabíamos: o presidente da República falava todos os dias com o editor do Jornal Nacional... Sabe-se que o presidente não gasta tempo apenas com o diretor de telejornalismo da TV Globo. Ele deve sua carreira política à habilidade com que sabe manejar a mídia que se deslumbra com o poder”.

Por outro lado, não há surpresa no que está ocorrendo, por ser este um governo que tem como principal aliado Antonio Carlos Magalhães, amigo pessoal e homem público de confiança de Roberto Marinho, e contar com o apoio de muitos daqueles que nunca colaboraram para mudar as regras das políticas de comunicação, mas, pelo contrário, usufruíram-se dela e são proprietários de emissoras em suas bases eleitorais.

O Ministério das Comunicações está articulando um novo regulamento para o sistema de radiodifusão no Brasil. No entanto, efetivamente, nada ainda foi feito pelo atual governo e as discussões continuam sendo realizadas com pouca participação da sociedade, apesar do esforço do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Essa realidade pode ser mudada? Acreditamos que sim, já que em muitos países está em prática um efetivo controle social dos meios de comunicação com os procedimentos de outorga de concessões para o funcionamento de rádio e TV, fundamentando-se numa legislação consoante com o interesse público. Embora não tenhamos a ilusão de que numa sociedade capitalista esse problema seja definitivamente solucionado, entendemos que o poder da comunicação pode ser, pelo menos, fiscalizado pela sociedade.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. 13ª. ed., Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.
2. MATTELART, Michéle & Armand. **O Carnaval das Imagens - A Ficção na TV**. Tradução Suzana Calazans. São Paulo: Brasiliense, 1989.
3. SÁ, Antonio Álvaro Barbosa. **Jornal Nacional: Política e Ideologia**. Campinas, 1992. Dissertação Mestrado - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.
4. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
5. SIMÕES, Inimá F., COSTA, Alcir H. & KEHL, Maria R. **Um País no Ar - História da TV Brasileira em três canais**. São Paulo: Brasiliense, Funarte, 1986.
6. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 3ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.
7. **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO**. 20 e 23 de julho de 1995.
8. **REVISTA IMPRENSA**. As Concessões de Rádio e TV no Mundo. nº 92, maio de 1995.
9. **REVISTA SENHOR**. 14 de julho de 1987.
10. **REVISTA VEJA**. nº 1401, 19 de julho de 1995.